



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

**PREGÃO Nº 21/2019 – ELETRÔNICO**

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**CAPÍTULO I - DO OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a aquisição de cortina do tipo rolô com tela de proteção solar, compreendendo o fornecimento e a instalação.
2. A aquisição dos materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.
3. A presente contratação é motivada pela necessidade de oferecer maior controle térmico e proteção dos móveis no interior do saguão da recepção do prédio sede do TRE-MS.

**CAPÍTULO II - DOS MATERIAIS, ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADE E PREÇO MÁXIMO**

1. A descrição do material a ser adquirido, respectivo local de instalação, dimensões e preços máximos admitidos pelo TRE/MS, estão indicados abaixo.

**ITEM 01**

1. Fornecimento e instalação de Cortina tipo rolô com as especificações abaixo e **Croqui do Projeto** constante no **anexo II** deste edital:
  1. As cortinas instaladas serão do tipo rolô com tela de proteção solar e acionamento por meio de correntes;
  1. A tela solar constituinte deverá oferecer permeabilidade solar máxima de 3% e constituição de, no mínimo, 70% de PVC;
  1. A área de instalação prevista é de **18 m²**;
  1. A pele de vidro da recepção (que receberá as cortinas) possui **2,70 m de altura** (do piso ao acabamento do gesso).
  1. A tela solar deverá ser instalada na cor off white. A substituição da cor escolhida deverá ser aprovada por um dos fiscais do processo.
2. Os materiais a serem adquiridos devem obedecer, além das informações acima, as especificações constantes no **anexo II – Croqui do Projeto**.
3. A instalação ocorrerá no saguão da recepção do prédio sede do TRE/MS, sendo posicionada em duas faces, de forma a cobrir as peles de vidro existente na área de espera da recepção.
4. A Contratada deverá dar garantia mínima de **03 (três) anos** tanto para a tela solar quanto para o mecanismo de acionamento das cortinas.

QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO ADMITIDO
01	R\$ 5.776,61

1.1 Em caso de divergência entre a descrição do material indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

**2. A empresa interessada deverá considerar a possibilidade de ajustes quando da instalação das cortinas**, para sua adequação às condições do local de instalação em vista da existência de obstáculos; bem como, aqueles decorrentes das características técnicas do produto cotado, como por exemplo: largura máxima do conjunto, quantidade de acionadores, etc. Em vista disso, faculta-se à interessada/contratada realizar **vistoria no local** de instalação das cortinas e realizar nova medição de modo a elaborar adequadamente sua proposta e evitar possíveis falhas de instalação.

3. As cortinas deverão ser entregues e instaladas pela contratada, ficando a cargo desta os custos necessários para a devida instalação do material.

4. Reserva-se ao TRE/MS a faculdade de exigir a apresentação de **amostra do produto** cotado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

4.1. Caso a unidade requisitante entenda necessário, a amostra do material será requestada pelo Pregoeiro na fase de aceitação das propostas, cabendo ao licitante, no prazo improrrogável de 03 (três) dias úteis e sob pena de ter sua proposta recusada, encaminhá-la à Seção de Licitação e Compras do TRE/MS, sita na Rua Des. Leão Neto do Carmo, nº 23 – Parque dos Poderes, em Campo Grande/MS.

4.2. O encaminhamento de amostra será dispensado, a critério da unidade solicitante do TRE/MS, caso seja possível verificar a compatibilidade do material ofertado com relação a todas as especificações técnicas exigidas no presente Termo de Referência através de outros meios, tais como: verificação das características do produto no sítio eletrônico do fabricante, análise de prospectos, etc.

### **CAPÍTULO III - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

1. Os materiais deverão ser entregues e instalados no prédio sede do TRE/MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, Campo Grande/MS;

2. A instalação dos materiais deverá ocorrer, preferencialmente, em dias úteis, de 2ª a 6ª-feira, das 8h às 18h.

3. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA E INSTALAÇÃO dos materiais é de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota de Empenho.

4. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo estabelecido, deverá encaminhar ao TRE-MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o

novo prazo previsto para entrega.

4.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

5. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

6. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.

7. Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo da Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG), por intermédio dos servidores Jorge Alan Albernaz Garcia (Fiscal titular) e Lorena Amaral Malhado (Fiscal substituto).

8. O **recebimento provisório** será efetuado no momento da entrega e/ou instalação das cortinas, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

- a) aspectos gerais das cortinas e da instalação (se já instalada);
- b) quantidade entregue;
- c) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

8.1. Atendidas as condições indicadas acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.2. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O **recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento provisório ou da efetiva instalação dos materiais, a que ocorrer por último, satisfeitas as condições abaixo:

- a) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas;
- b) correta instalação dos materiais nos locais indicados e verificação de seu perfeito funcionamento;
- c) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nas cláusulas 4 a 6 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.

12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.

13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o

material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

#### **CAPÍTULO IV – DA NOTA FISCAL/FATURA**

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

#### **CAPÍTULO V – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
  - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
  - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira =  $0,00016438$ , assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365$   $I = (6/100) / 365$ .

#### **CAPÍTULO VI – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Em caso de descumprimento de cláusulas deste Termo de Referência, a contratada será imediatamente notificada, preferencialmente por meio eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, para apresentar Defesa Prévia, contendo justificativa e documentação probatória, se houver, sob pena da aplicação das sanções cabíveis, garantido o contraditório e a ampla defesa.

**Parágrafo Único.** A CONTRATADA deverá confirmar expressamente o recebimento da notificação, considerando-se totalmente ciente do teor da comunicação após o prazo de 1 (um) dia útil da data de envio da correspondência eletrônica.

2. Será aplicada **ADVERTÊNCIA** por escrito nos casos literalmente indicados neste Termo de Referência, e nos casos de incorreções de menor gravidade, assim analisados pelo TRE/MS, tais como:

- a) falhas durante a execução do fornecimento, não corrigidas em até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do comunicado formal à empresa;
- b) sempre que for verificada alguma falha de pequeno porte, assim entendida pela fiscalização, e não disciplinada de forma diversa neste Termo de Referência ou no atraso na entrega dos materiais em até 5 (cinco) dias.

3. Será aplicada **MULTA**:

- a) de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por dia de atraso no fornecimento/instalação de material, em caso de atraso superior a 5 dias, contado desde o primeiro dia de atraso e limitada ao montante de 20% (vinte por cento) correspondente a 40 (quarenta) dias. Após o quadragésimo dia de aplicação de multa, a Administração poderá motivadamente, a qualquer momento, entender caracterizada a inexecução total da contratação, passível de rescisão;
- b) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por falha ou defeito no fornecimento dos materiais não solucionado, após devida notificação pela fiscalização;
- c) de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso não queira receber nota de empenho, assinar qualquer termo de alteração ou aditivo que seja considerado obrigatório, na forma prevista em Lei;
- d) de 15% (quinze por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, caso a entrega dos produtos esteja em desacordo com o contratado, no aspecto quantitativo e/ou qualitativo;
- e) de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, no caso de desatendimento de demais cláusulas do Termo de Referência, ou de ordens da fiscalização;
- f) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, por ocorrência, no caso de atraso ou não emissão/encaminhamento do documento fiscal hábil (nota fiscal) para pagamento
- g) de 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação referente ao item, se a fornecedora negar-se a fornecer os materiais solicitados sem motivo consistente devidamente apurado pelo Tribunal, ou, se por falhas sucessivas ou por total descumprimento das condições deste Termo de Referência, levar o TRE/MS ao cancelamento da contratação, sendo cumulada com as demais multas aplicadas anteriormente.

3.1. Na aplicação das multas acima serão consideradas a natureza e gravidade da infração cometida, além dos danos que provierem para o serviço público, podendo a Administração motivadamente, com vistas a atender os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, agravar ou atenuar as multas em 2/3, ½ ou 1/3.

3.2. As multas porventura aplicadas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos pelo Contratante, da garantia ao contrato, quando houver, ou cobradas diretamente da Contratada, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente às demais sanções previstas nesta cláusula.

3.3. Haverá retenção cautelar dos valores, no caso de ocorrência de descumprimento das condições da contratação, até a finalização procedimento administrativo instaurado para a apuração das falhas contratuais, sendo restituído à contratada o correspondente o valor caso não subsistam razões para a aplicação de multa.

3.4. Aplicada a penalidade, a CONTRATADA será notificada para recolher o valor

da multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação;

3.5. Caso não haja recolhimento, o valor da multa poderá ser glosado dos valores devidos à CONTRATADA.

3.6. Se o crédito não for suficiente para cobrir o valor total da multa, o valor será descontado da garantia contratual, se houver.

3.7. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela CONTRATADA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

4. Será aplicada a penalidade de **IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A UNIÃO**, por prazo não superior a 5 (cinco) anos, sem prejuízo da multa, se a Contratada:

- a) for convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame
- c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto
- d) não mantiver a proposta
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato
- f) comportar-se de modo inidôneo ou
- g) cometer fraude fiscal.

5. Da aplicação das sanções de multa e impedimento de contratar com a União, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação do ato, à autoridade superior do TRE/MS.

6. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

## **CAPÍTULO VII - DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

1. Requisitar o fornecimento e a instalação dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## **CAPÍTULO VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA(S) CONTRATADA(S)**

1. Realizar o fornecimento e a instalação dos materiais decorrentes desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. O fornecedor fica, nos termos do § 1º do artigo 65 da Lei 8.666/93, obrigado a aceitar os acréscimos ou supressões de até 25 % (vinte e cinco por cento) que se fizerem

necessários.

5. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposta neste Termo de Referência.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA JULIA DE ARRUDA MESTIERI, Analista Judiciário**, em 23/05/2019, às 13:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0661871** e o código CRC **804B765D**.

---

0002552-88.2019.6.12.8000

0661871v2